



MUNICÍPIO DE OURÉM  
Câmara Municipal

Clubs

***CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 28 DE  
OUTUBRO DE 2016***  
**DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017**

- ORÇAMENTO -----
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2017/2020 -----

---- O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **39.073.950,00€** (Trinta e nove milhões, setenta e três mil e novecentos e cinquenta euros). -----

---- Tomaram a palavra os **Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa**, que colocaram diversas questões acerca dos documentos em causa, tendo o Senhor Vereador Luís Albuquerque, após esclarecimentos prestados, pelo Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a propósito de alguns valores, que considerou irrealistas, constantes na rubrica “Transferências de Capital”, referido “*os Senhores não devem andar neste mundo*”. Posto isto, lamentou que o Senhor Presidente, nas questões seguintes, se tenha recusado a responder, afirmando que “*não ando neste mundo*”. -----

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PROPOSTOS E REMETÊ-LOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, TAMBÉM DO CITADO ANEXO I. -----

---- Abstiveram-se os **Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa**, que apresentaram a declaração de voto, a seguir transcrita: “MENSAGEM DO PRESIDENTE -----

---- O Sr. Presidente, na sua mensagem, tenta passar a ideia de que os tempos mudaram e que agora é altura de fazer avançar alguns investimentos, que estão prometidos há 7 anos. -----

---- Parte no entanto de pressupostos especulativos, nomeadamente com previsão de receita que dificilmente será concretizável e que está devidamente elencada neste documento, na rubrica de receita. -----

---- O Sr. Presidente afirma que a alteração ao sistema contabilístico das autarquias locais, prevista para o próximo ano, irá impor uma revisão orçamental. -----



***CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 28 DE  
OUTUBRO DE 2016***  
**DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017**

- ORÇAMENTO -----
- GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2017/2020 -----

---- O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **39.073.950,00€** (Trinta e nove milhões, setenta e três mil e novecentos e cinquenta euros). -----

---- Tomaram a palavra os **Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa**, que colocaram diversas questões acerca dos documentos em causa, tendo o Senhor Vereador Luís Albuquerque, após esclarecimentos prestados, pelo Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a propósito de alguns valores, que considerou irrealistas, constantes na rubrica “Transferências de Capital”, referido “*os Senhores não devem andar neste mundo*”. Posto isto, lamentou que o Senhor Presidente, nas questões seguintes, se tenha recusado a responder, afirmando que “*não ando neste mundo*”. -----

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PROPOSTOS E REMETÊ-LOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, TAMBÉM DO CITADO ANEXO I. -----

---- Abstiveram-se os **Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa**, que apresentaram a declaração de voto, a seguir transcrita: “MENSAGEM DO PRESIDENTE -----

---- O Sr. Presidente, na sua mensagem, tenta passar a ideia de que os tempos mudaram e que agora é altura de fazer avançar alguns investimentos, que estão prometidos há 7 anos. -----

---- Parte no entanto de pressupostos especulativos, nomeadamente com previsão de receita que dificilmente será concretizável e que está devidamente elencada neste documento, na rubrica de receita. -----

---- O Sr. Presidente afirma que a alteração ao sistema contabilístico das autarquias locais, prevista para o próximo ano, irá impor uma revisão orçamental. -----



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

*Alves*

---- Por definição, uma revisão orçamental ocorre quando há aumento extraordinário de receita e a necessidade de inscrição de novos projetos/despesas, pelo que não nos parece que a referida alteração seja condição para proceder a qualquer revisão do orçamento. -----

----- ORÇAMENTO -----

---- Este é o quarto orçamento que este executivo apresenta e verificamos que este que agora é proposto, ao contrário dos dois últimos orçamentos aprovados, apresenta valores desajustados à realidade do nosso Município, o que só conseguimos entender como sendo um orçamento de ano eleitoral.-----

----- RECEITA -----

---- O orçamento prevê uma receita de 39,07 Milhões de Euros, representando um acréscimo de 18,9%, o que equivale a um valor de 6.2 Milhões de Euros comparativamente ao ano de 2016, que nos parece totalmente desajustado da realidade. -----

---- Os valores mais elevados nas diversas rubricas da Receita são os seguintes:-----

- IMI – 6.367.000,00 -----
- Multas e Taxas – 1.099.700,00 -----
- Imposto de Circulação – 985.500,00-----
- Derrama – 565.900,00-----
- IMT – 1.126.400,00 -----
- Transferências de Capital – 10.400.558,00 -----

---- Entendemos que o valor inscrito na rubrica de Transferências de Capital está empolado, pois contempla valores que, no nosso entendimento, se especulam que serão recebidos. Valores como 900 Mil Euros, referentes a Beneficiação de Infraestruturas Urbanas de Fátima; 2.250.000,00, referentes a protocolo de 2006 com o IP; 1.168.000,00 referentes a pagamento do Santuário de Fátima e 4.512.500,00 referentes ao programa Portugal 2020, são receitas consideradas, que não estão devidamente asseguradas para o próximo ----- ano. -----

----- DESPESA -----

---- O orçamento prevê um aumento de despesas com a rubrica “Despesas com o Pessoal” de 5,87%, o que corresponde a um valor de 417.550,00, que resultam essencialmente da previsão de admissão de 38 novos funcionários, 17 mobilidades inter-carreiras, 3 mobilidades inter-organismos, 1 lugar de Chefe de Divisão e o regresso de 3 trabalhadores cedidos à empresa municipal. Entendemos que em ano eleitoral deveria existir contenção nesta área, de forma a não condicionar um futuro executivo. -----

---- A rubrica de aquisição de bens prevê um aumento 2,69%, o que representa cerca de 272 Mil Euros.-----

---- Já se gastaram mais de 1.4 milhões de euros com a revisão do PDM e estão previstos gastar mais 243.5 mil euros em 2017. -----

---- Esperamos que este processo, que já dura há sete anos, possa finalmente ficar concluído.--



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

---- Verificamos que a Recolha, Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e a Limpeza, continuam a ser deficitários em cerca de 700 Mil Euros.-----

----- GRANDES OPÇÕES DO PLANO-----

---- Os grandes investimentos previstos neste documento para o ano de 2016 são os seguintes:

- Centro Escolar Caxarias – 800.000,00-----
- Revisão PDM – 243.500,00-----
- Recuperação e Beneficiação de Estradas e Caminhos Municipais – 250.000,00-----
- Av. D. Nuno Álvares Pereira – 2.637.500,00-----
- Reabilitação Cine Teatro – 500.000,00-----
- Requalificação Centros Saúde – 330.000,00-----
- Reabilitação Castelo e Paço Conde – 800.000,00-----
- Expansão Parque Linear – 400.000,00-----
- Criação Eixo Vertical Pedonal Estruturante – 650.000,00-----
- Beneficiação Estruturas Urbanas em Fátima – 1.000.000,00-----
- Saneamento Fátima – 200.000,00-----
- Saneamento Espite/Matas/cercal – 200.000,00-----
- Canil Municipal – 160.000,00-----
- Jardim do Centenário – 150.000,00-----
- ER 356 – 250.000,00-----

---- Constatamos que as GOPS para o ano de 2017 apresentam um plano ambicioso que, no nosso modesto entendimento, dificilmente será concretizável. Além das razões já apontadas, temos que salientar que, como não existem projetos aprovados para a maioria das obras indicadas, dificilmente serão lançados concursos para a realização das referidas intervenções.-

---- Já o Fórum Cultural, que este executivo anunciou com toda a pompa e circunstância há sete anos atrás, deixou de ser uma prioridade.-----

---- O Edifício Multiusos de Caxarias tem uma dotação prevista para o próximo ano de 100 Euros, estando contemplado o valor de 1 Milhão de Euros para os anos de 2019 e 2020. Tendo em consideração a anunciada intervenção no Centro de Saúde de Caxarias, será que este edifício deixou de ser uma prioridade para este executivo?-----

---- O valor previsto de 1.000.000,00 para a Beneficiação de Estruturas Urbanas em Fátima deveria de estar devidamente discriminado, explicitando as intervenções previstas.-----

---- Entendemos que para o bom planeamento das necessidades dos trabalhos nas diversas Freguesias e a bem da transparência dos dinheiros públicos, deveriam estar plasmadas neste documento quais as intervenções a realizar, bem como o seu valor.-----

----- NOTAS FINAIS -----

---- Em relação ao documento em análise, temos que destacar na área do Desenvolvimento Económico, tal como referimos nos documentos que apresentamos nos anos anteriores, a pouca ambição deste executivo Socialista, com a ausência de ideias estruturantes de apoio



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

efectivo ao tecido empresarial local, que é contemplado neste orçamento com o valor de 26 Mil Euros.-----

---- A realização de reuniões periódicas com os empresários, bem como o levantamento sistemático da actividade empresarial do nosso Concelho continuam a ser, em nossa opinião, ponto de partida importante para que os agentes empreendedores se sentissem mais acompanhados pelo Município. -----

---- Como temos vindo a afirmar, preocupa-nos a ausência e alheamento do Município na preparação das comemorações de Fátima 2017, tendo em conta a proximidade da data das comemorações.-----

---- Devemos ainda salientar, de forma positiva, o aumento que se verifica no valor da Delegação de Competências nas Freguesias em 150 Mil Euros. -----

---- Por outro lado, ao verificarmos a rubrica de “Responsabilidades Contingentes”, constatamos que existem ainda demasiados processos judiciais a correr os seus termos. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

---- Os Vereadores da Coligação Ourém Sempre, mais uma vez, lamentam a ausência de uma visão estruturante para o Concelho, não concordando com algumas opções apresentadas de forma avulsa constantes do documento de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016 e anos seguintes. -----

---- Face ao exposto, não nos resta outra opção que não seja a **ABSTENÇÃO**.” -----

---- Votou favoravelmente o **Senhor Vereador João Paulo Pina Rebelo**, que apresentou a seguinte declaração de voto: “Na agenda da reunião camarária de hoje, no ponto 3 – Divisão de Gestão Financeira, consta a discussão sobre a matéria em epígrafe. -----

---- O MOVE – Movimento Ourém Vivo e Empreendedor **decidiu VOTAR FAVORAVELMENTE** baseado nos seguintes pressupostos:-----

1º porque, não abdicávamos da redução da derrama para 2017; -----

2º porque, após as negociações levadas a efeito até à hora da reunião de Câmara, sobre a **redução da Derrama**, o executivo decidiu coloca-la à votação, tendo, a mesma, sido **aprovada por unanimidade**;-----

3º porque, no decorrer do pretérito mês de Setembro, visando, respetivamente, o bem-estar dos munícipes e o desenvolvimento do nosso Concelho, o MOVE fez chegar à Câmara Municipal o elenco das reivindicações que pretendia ver inscritas nos documentos, agora, em análise, tais como: -----

a) controlo das finanças;-----

b) reforço das verbas a atribuir às/ao:-----

- 18 Juntas de Freguesia, ao associativismo e Corporações e seções dos Bombeiros;-

c) melhoramentos ao nível da Educação e Assistência Social; -----

d) desenvolvimento industrial;-----



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Câmara Municipal

- e) intervenção ao nível das obras, iluminação e segurança públicas, essenciais e necessárias para o bem-estar dos Oureenses; -----
- f) apoio a eventos de cariz concelhio, regional, nacional e internacional -----
- 4º porque, as exigências do MOVE, acima referenciadas, foram contempladas.”-----

----- *Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos da Câmara Municipal de Ourém, 04 de novembro de 2016.* -----

----- *A Chefe da Divisão,*

*Clara*